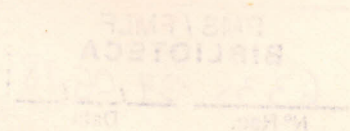


PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS

RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE
RELOCAÇÃO DAS INVASÕES DE BAIXA RENDA SITUADAS
NO PARQUE DO ABAETÉ.

SALVADOR, MAIO DE 1992



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

MARIA DEL CARMEN F. PUGA - SECRETÁRIA

COORDENAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL

COORDENADORA - MARA CASTAGNO

E L A B O R A Ç Ã O

ELZITA DE ANDRADE FRANCO BRANDÃO

IRANI OLIVEIRA LESSA

JUVENILDA SOARES DE CARVALHO

MOEMA MARÍLIA CASTRO LUCAS

C O N T R I B U I Ç Õ E S

HILDA YOSHIKO MARUMO

PAULO CESAR DOS SANTOS CERQUEIRA

PAULO CESAR PASSOS

MITIKO HORIGOSHI

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO

2 - JUSTIFICATIVA

3 - CARACTERIZAÇÃO DAS INVASÕES A SEREM REMANEJADAS

4 - PLANO DE RELOCAÇÃO

5 - ÁREAS INDICADAS COMO DISPONÍVEIS

A P R E S E N T A Ç Ã O

Este trabalho tem como objetivo fornecer subsídios á proposta de relocação das famílias de baixa renda situadas no Parque do Abaeté, em virtude da experiência da Secretaria de Ação Social neste tipo de atividade. O referido trabalho deverá compor a proposta global de intervenção no Parque do Abaeté elaborado pelo Centro de Planejamento Municipal - C P M.

Limitaremos-nos a tratar das questões estritamente interligadas ao remanejamento dessas famílias, fazendo recomendações que visem facilitar o encaminhamento da proposta, sem a intenção de tecer maiores considerações à problemática do impacto ao meio ambiente, cuja competência é do CPM e CRA - Centro de Recursos Ambientais.

1 - INTRODUÇÃO

O atual Parque do Abaeté tem sido gradativamente ocupado, tendo as habitações iniciais ocorrido na década de 1950 a exemplo de Nova / Brasília e Olhos D'água, antes mesmo que houvesse, por parte do poder público, definição quanto à necessidade de preservação da área. As primeiras medidas, neste sentido, foram tomadas a partir de 1973 pelos governos Estadual e Municipal através de instrumentos legais. Atualmente vigoram: O decreto Estadual 351/87 que cria a área de Proteção Ambiental do Abaeté e Dunas, e institue o Centro de Recursos Ambientais-CRA, como órgão fiscalizador e supervisor da área; o decreto Estadual 2537/89 que amplia a área do Aeroporto Dois de Julho, incorporando-a a área do parque; e a Lei Municipal 3.932/88 / que institucionaliza, delimita e define normas de uso e ocupação do solo naquela área.

Apesar de todos esses instrumentos legais elaborados, o processo de ocupação não deixou de ocorrer, sobretudo por falta de fiscalização, aliada à ausência de um programa habitacional para a faixa de renda a que pertence essas populações. O agravamento da crise econômica condicionou a eclosão de novas invasoões e expansão das anteriores nas proximidades da lagoa, num processo que nem as dunas foram poupadas, surgindo então invasoões como Areia Branca e Dunas (Morro do Vigia) que apresentam construções recentes de até uma semana.

Apesar de ser uma área conhecida nacionalmente, considerada cartão postal da Bahia, nenhuma medida conseguiu inibir o processo de ocupação, talvez pelo caráter incipiente e desarticulado de uma proposta mais global de preservação do parque.

Embora fosse do conhecimento de todos, a proliferação de loteamentos clandestinos e invasoões na área delimitada pelos órgãos de planejamento como de preservação, as ações da Prefeitura foram fugazes e pouco objetivas, tratando-se às vezes de simples identificação e cadastramento dos moradores locais, sem concretização da remoção ou até mesmo deflagar uma fiscalização efetiva no sentido de controlar a expansão das ocupações, não cumprindo a legislação por ela elaborada.

2 - JUSTIFICATIVA

As invasões situadas no Parque do Abaeté trazem prejuízos ao meio ambiente, não só do ponto de vista do impacto visual, mas principalmente em relação ao grau de comprometimento quanto à preservação das lagoas, dunas, fauna e flora.

Estas invasões fazem parte de um conjunto de ações predatórias que, por parte das classes abastadas, manifestam-se na retirada de areia das dunas ou na implantação de grandes empreendimentos empresariais e imobiliários. Por parte dos setores de baixa renda, a ação predatória se consubstancia na implantação de moradias, no desmatamento e queimadas da vegetação, no acúmulo de lixo, na utilização da lagoa do Abaeté com a lavagem de roupa e a utilização das lagoas para os despejos sanitários.

Assim, uma tomada de ação comprometida com a preservação do Parque / requer o remanejamento da população menos abastada e a retirada dos grandes empreendimentos que comprometam o meio ambiente, bem como a existência de uma fiscalização eficiente, capaz de coibir novas tentativas de depredação de qualquer natureza.

3 - CARACTERIZAÇÃO DAS INVASÕES A SEREM REMANEJADAS

Atualmente, existem sete invasões de baixa renda na área do parque, estando seis delas situadas na zona de interesse Sócio-Cultural-ZISC e Nova Brasília, situada na zona de Ocupação Restringida, estendendo-se pela ZISC. Caracterizaremos a seguir àquelas a serem remanejadas.

OLHOS D'AGUA/CASTELIMHO

Também conhecida como "Invasão do Abaeté", localiza-se ao sudoeste da Lagoa junto às dunas, ocupando uma área de aproximadamente 91.500 m², onde foram construídas cerca de 400 unidades habitacionais, sendo 68,4% de madeirite, 23,2% de alvenaria.

A invasão de Olhos D'água teve início na década de 50 expandindo-se a partir de 1977 tendo sido infra-estruturada com água e energia elétrica no governo de João Durval, por volta de 1985/86.

A proposta de relocação desta invasão deverá levar em consideração que:

- A maioria dos moradores trabalham em Itapuã e outros pontos da orla.
- A invasão já possui água, energia elétrica e telefone público.
- As moradias estão em bom estado de conservação.

ALTO DO MIRANTE

Situa-se ao noroeste da Lagoa do Abaeté com cerca de 80 unidades habitacionais.

A parte mais antiga, com um tempo de ocupação em torno de 08 anos fica próxima ao final de linha de ônibus de Itapuã, (Ladeira do Mirante) correspondendo a aproximadamente 20% da ocupação.

As demais unidades situam-se da meia encosta até à borda da lagoa, onde se observa construções recentes em madeira/madeirit, em processo de ocupação.

AREIA BRANCA

É uma invasão recente, iniciada há mais ou menos 1 ano, interligada à invasão do Alto do Macaco, ocupando as dunas com barracos precários, construídos com material reaproveitados, com área bastante reduzida. Possui cerca de 100 unidades de madeira/madeirit, taipa e materiais reaproveitados.

RUA SARGENTO SAMPAIO OU OLEGÁRIO SANTOS

Nesta rua, há uma ocupação que se caracteriza como extensão do Alto do Macaco, iniciada há aproximadamente 13 anos. Situa-se ao norte da Lagoa, bem próxima de suas margens. É uma ocupação promovida por particulares, caracterizando-se como loteamento clandestino e irregular.

As unidades, em torno de 20 aproximadamente, na maioria, são construídas com madeirit, em bom estado de conservação.

CONTORNO

A invasão do Contorno localiza-se nas proximidades da Lagoa do Abaeté ^{catu} ~~taba~~ com ocupações distintas:

- Uma parte situada nas dunas com construções precárias, com predominância do tipo madeira/madeirit sem existência de infra-estrutura, utilizando-se de energia elétrica através de "gato". Trata-se de uma ocupação mais recente em torno de 2 anos utilizada por população de baixa renda;
- A outra parte, situada no vale, com ocupação mais antiga, foi iniciada através de loteamento clandestino e irregular sendo utilizada por uma população de classe média baixa, com construções na maioria em alvenaria revestida. É infra-estruturada existindo o fornecimento de água e luz de forma regular.

DUNAS OU MORRO DO VIGIA

Esta invasão está localizada ao sudeste da Lagoa do Abaeté, ocupando um dos lados da encosta do Morro do Vigia, fazendo divisa com o loteamento Jardim Encantamento. Teve início há aproximadamente, 2 anos, apresentando dois tipos de ocupação distintas:

- 2
- a) Barracos de madeira/madeirit, que tem em média 15cm² sendo muitos construídos com material reaproveitado. Representam a quase totalidade das unidades habitacionais, embora ocupem individualmente espaços bastante reduzidos.
 - b) Contrastando com este tipo de ocupação, observa-se a existência de 3 unidades em processo de construção, de elevado padrão, ocupando lotes que variam de 600 a 1.000m².

ALTO DO MACACO

Localiza-se ao norte da Lagoa do Abaeté interligando-se com a invasão de Areia Branca. Trata-se de uma ocupação relativamente antiga, onde alguns moradores já residem na área há mais de 10 anos. Possui cerca de 70 unidades habitacionais construídas em alvenaria e cobertas com telha eternit.

4 - PLANO DE RELOCAÇÃO

O processo de ocupação da área do Parque do Abaeté ocorreu a partir da omissão ou consentimento do poder público, quer por falta de ações concretas para implantação do parque, quer pela liberação de loteamentos e grandes empreendimentos na área. Isso contribuiu para acelerar o processo de ocupação.

No tocante às invasões de baixa renda, torna-se necessário o remanejamento daquelas situadas na Zona de Interesse Sócio-Cultural em conformidade com a lei municipal 3932/88. Esse remanejamento deverá ser realizado em duas etapas:

1ª Etapa - Aquelas invasões situadas no entorno da Lagoa do Abaeté:

- . Olhos D'agua/ Castelinho
- . Alto do Mirante
- . Areia Branca
- . Rua Sargento Sampaio (extensão do Alto do Macaco).

2ª Etapa - As demais invasões situadas na Z.I.S.C.

- . Invasão do Contorno
- . Dunas (Morro do Vigia)
- . Alto do Macaco.

A falta de definição política quanto as ações concretas a serem desenvolvidas, especialmente áquelas referentes ao remanejamento das invasões, impossibilita o detalhamento de uma proposta operacional de trabalho para área.

O processo de remanejamento envolve particularidades relacionadas com: Os grupos ao serem remanejados, os locais de destinos das famílias, condições de habitação a serem fornecidas, duração de transferência, custos operacional e outros, que somente poderão ser delineados a partir da proposta do poder público.

Quando da montagem do projeto executivo, torna-se necessário a participação da SEMAS a fim de definir conjuntamente as questões relacionadas com o trabalho de remanejamento. No momento, a Secretaria de Ação Social limitar-se à tecer algumas recomendações necessárias ao processo.

A intervenção que se pretende desenvolver, deve levar em consideração as seguintes recomendações:

- Discussão prévia da proposta com a população envolvida;
- Tratamento diferenciado para as famílias a serem relocadas, considerando-se as particularidades e o caráter heterogêneo das diversas invasões: Tipo de construção, existência de água e luz, qualidade do acabamento do imóvel, acesso aos serviços, tempo de ocupação e tamanho da família.
- Transferência para área com infra-estrutura, preferencialmente próxima a Itapuã;
- Lotes mínimos de 84m².

A prática tem demonstrado que o remanejamento de famílias, ocupantes de área de invasão, é facilitado quando a Prefeitura constrói embriões.

Quando o remanejamento se dá através da transferência do barraco, a tentativa de conciliação entre mudar e construir a habitação, torna o processo mais difícil, em função da necessidade de destinar recursos para:

- Pagamento de mão de obra para ajuda na construção.
- Fornecimento de alimentação durante o período da construção.

Além desses aspectos, há uma dilatação do prazo, dificultando transferência da invasão, atrasando o processo como um todo. O fornecimento do embrião funciona como um elemento facilitador da negociação no processo de desocupação do parque.

5 - ÁREAS INDICADAS COMO DISPONÍVEIS

- 5.1 - LOTEAMENTO SANTO INÁCIO - Tem capacidade para aproximadamente 400 lotes. É um loteamento da Prefeitura, para onde já foram transferidas 53 famílias. Está situado em Mata Escura, facilitando a extensão da infra-estrutura.
- 5.2 - ALTO DO COQUEIRINHO - Tem capacidade para aproximadamente 700 lotes.
Trata-se de uma área onde foi iniciado o Projeto Minha Casa, tendo sido feito terraplanagem e definição do sistema Viário. Essas obras encontram-se bastante deterioradas em função da não ocupação dos lotes.
A implantação de infra-estrutura será facilitada pela localização da área próxima a loteamentos.
- 5.3 - MUSSURUNGA IV - Embora se trate de uma área de grande extensão, as condições topográficas não favorecem a ocupação em / quase 50% dela. Há trechos em que a declividade alcança 50%. Existe definição de vias, com pavimentação em solo brita e / meio fio, embora em diversos trechos já estejam completamente desgastados, em função da erosão, causada pela chuva e declividade do terreno, aliada á qualidade do serviço executado. O acesso se dá através da Estrada Velha do Aeroporto, estando o loteamento próximo á invasão Vila Velha. É destituído de infra-estrutura e distante dos serviços.